

Interfaces entre o PNAE, capital social e o fortalecimento da agricultura familiar no quilombo do Pacoval/Alenquer-Pará

Interfaces between PNAE, share capital and strengthening family agriculture in quilombo do Pacoval/Alenquer-pará

Vander Luiz Barbosa de Sousa¹

Efrain da Silva Ribeiro²

Edilene da Silva Souza³

Raoni Fernandes Azerêdo⁴

Resumo:

Esta pesquisa analisa a operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na comunidade remanescente de quilombo do Pacoval em Alenquer/Pará. Sua origem parte da observação das interfaces do capital social, assim como, a agricultura familiar e a política pública. Para a elaboração deste estudo, os percursos metodológicos escolhidos partiram da abordagem qualitativa e quantitativa, recorrendo à procedimentos de entrevistas semiestruturada com diversos atores inseridos no bojo da política pública, realizando, outrossim, o levantamento bibliográfico. Os resultados apontam que existem disfunções quanto a execução do programa, como: a) despreparo dos gestores públicos responsáveis; b) ausência de informações dos agricultores no tocante às exigências burocráticas; c) ausência de assistência técnica agrônômica/gestão para os agricultores; d) inadequação de um cardápio alimentar quilombola; e) baixa participação dos agricultores familiares em organizações coletivas. Em contrapartida, na busca de soluções, a estratégia interorganizacional vem promovendo, desde 2019, um curso de mudanças que visam a inserção dos agricultores familiares quilombolas no PNAE. Dessa forma, o incremento de renda na economia local consiste numa solução para garantir alimentos de qualidade aos alunos.

Palavras-chave: PNAE, Capital Social, Alimentação Escolar Quilombola, Agricultura Familiar, Desenvolvimento Territorial.

¹ Graduando em Bacharelado em Administração na Universidade Federal do Oeste do Pará e bolsista de pesquisa de iniciação científica (PIBIC). é participante da Incubadora de Economia Solidária da Amazônia do campus de Alenquer, desenvolvendo extensão e pesquisa nas áreas de: Agricultura familiar, povos tradicionais, cooperativismo e associativismo. E-mail: wander1234luiz@gmail.com

² Graduando em Bacharelado em Administração na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) Campus Alenquer e bolsista de pesquisa de iniciação científica (PIBIC). É participante da Incubadora de Economia Solidária da Amazônia, desenvolvendo pesquisa e extensão nas áreas de: Agricultura familiar, povos tradicionais, cooperativismo, associativismo e capital social. E-mail: ribeiroefrain776@gmail.com

³ Graduanda em Bacharelado em Administração na Universidade Federal do Oeste do Pará no Campus Alenquer. Participa do Projeto Incubadora Economia Solidária do Campus Alenquer desenvolvendo pesquisas e extensão nas áreas de Agricultura Familiar, Associativismo e Cooperativismo. E-mail: edilenedasilva22@gmail.com

⁴ Professor da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe. E-mail: raoniazereado@gmail.com

Abstract:

This research analyzes the operationalization of the National School Feeding Program (PNAE) in the remaining community of quilombo do Pacoval in Alenquer/Pará. Its origin comes from the observation of the interfaces of social capital, as well as family farming and public policy. For the elaboration of this study, the chosen methodological paths departed from the qualitative and quantitative approach, resorting to semi-structured interview procedures with several actors inserted in the bulge of public policy, carrying out, in addition, the bibliographical survey. The results indicate that there are dysfunctions regarding the execution of the program, such as: a) lack of preparation of responsible public managers; b) lack of information from farmers regarding bureaucratic requirements; c) lack of agronomic/management technical assistance for farmers; d) inadequacy of a quilombola food menu; e) low participation of family farmers in collective organizations. In contrast, the search for solutions, the interorganizational strategy has been promoting, since 2019, a course of changes aimed at the insertion of quilombola family farmers in the PNAE. Therefore, increasing income in the local economy is a solution to guaranteeing quality food for students.

Keywords: PNAE, Social Capital, Quilombola School Feeding, Family Agriculture, Territorial Development.

Introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), surgiu na década de 50 com intuito de oferecer alimentação adequada aos estudantes da rede básica de ensino. Este programa é coordenado nacionalmente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que repassa recursos financeiros aos Estados e municípios para aquisição de alimentos destinados à alimentação escolar.

Em relação à sustentabilidade e inserção da agricultura familiar, ressalta-se que, além da descentralização, o programa teve avanços significantes através da Lei Federal nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Como está previsto no seu artigo 14, cerca de 30% dos recursos repassados aos Estados e municípios para o PNAE devem ser direcionados para a compra de alimentos provenientes da agricultura familiar, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas (BRASIL, 2009).

Dito isso, o objetivo primordial do PNAE é garantir alimentação escolar saudável e de qualidade para os alunos da educação básica pública, em conformidade com os hábitos e costumes alimentares de cada região. Nesse contexto, a Lei 11.947/2009, estabelece as diretrizes que priorizam a aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar, valorizando alimentos regionais na elaboração dos cardápios, considerando a identidade cultural e realizando o uso sustentável dos biomas.

A legislação do PNAE, incluiu as comunidades quilombolas como beneficiárias do programa no ano de 2004, por meio da Resolução CD/FNDE n.º 38, de 23 de agosto de 2004. Sendo determinado um valor per capita (valor da oferta da alimentação escolar por aluno por dia letivo) destinado aos discentes integrantes de escolas quilombolas.

Partindo da escassez de pesquisas científicas sobre o PNAE na Amazônia, especialmente de sistematizações inseridas no bojo das comunidades quilombolas, o presente artigo analisa a

operacionalização do programa nas escolas do quilombo Pacoval, localizado no município de Alenquer/Pará, elucidando seus limites e potencialidades no fortalecimento da agricultura familiar.

2. Material e Métodos

No que diz respeito aos aspectos metodológicos e científicos, esta pesquisa tem como lócus o quilombo do Pacoval. A realização do levantamento de dados quantitativos e qualitativos na construção da pesquisa, deu-se pelos seguintes procedimentos:

- a) pesquisas bibliográficas, “a partir de material elaborado constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 1999, p. 28) sobre temáticas da agricultura familiar, alimentação escolar quilombola, capital social e implementação do PNAE.
- b) aplicação de roteiro com entrevistas semiestruturadas com aos agricultores familiares do quilombo do Pacoval, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alenquer (STTR/ALQ), Conselho de Alimentação Escolar (CAE), Departamento de Alimentação Escolar (DAE), Associação dos Produtores Rurais, Extrativistas e Pescadores Artesanais do Município de Alenquer (ASPROEXPRA), gestores do município de Alenquer, merendeiras das escolas do Pacoval e Associação Comunitária de Negros do Quilombo Pacoval (ACONQUIPAL).
- c) levantamento quantitativo dos recursos provenientes do FNDE destinados ao PNAE em Alenquer e percentuais adquiridos pela agricultura familiar.

3. Contexto e desafios da segurança alimentar no quilombo do Pacoval/Alenquer

Pacoval é uma comunidade negra rural remanescente dos mocambos. Localizada à margem direita do rio Curuá, no município de Alenquer-Pará, é composta por cerca de 420 famílias que vivem numa área de 7.472,8790 hectares, outorgada em 20/11/1996. Destacando que esta possui o título de reconhecimento de domínio, concedido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e certificada pela Fundação Cultural Palmares.

Sua economia baseia-se em práticas que perduram entre gerações. O predomínio de mão de obra familiar, caracterizadas por fortes vínculos com o meio ambiente. Essa forma de subsistência resulta na comercialização e reprodução da vida, que está intimamente relacionada com a agricultura familiar-camponesa-extrativa. Contudo, suas atividades estão voltadas à produção de farinha de mandioca, banana e a coleta de sementes como castanha-do-pará e cumaru.

Em pesquisa sobre alimentação nas comunidades quilombolas, Sousa et al (2013) destacam que 93% das famílias trabalhavam no segmento da agricultura familiar, 56% na pecuária e 32% com a pesca. Ressaltando que a maior parte de sua produção é destinada para o consumo familiar, sendo pequenas as práticas de comercialização dos alimentos.

De acordo com Mendes (2006), as práticas de sobrevivência de diferentes grupos sociais que vivem na Amazônia, ainda, são realizadas por meio de técnicas ancestrais, prevalecendo a obtenção de recursos disponíveis na floresta. Baseado nesse pressuposto, a segurança alimentar de inúmeros povos étnicos que

habitam nesses territórios (a exemplo das comunidades remanescentes quilombolas) depende da disponibilidade de recursos do local onde estão fixados.

A segurança alimentar está relacionada com o bem-estar e qualidade de vida da população. Os seus princípios, visam garantir condições básicas de alimentação adequada da comunidade de maneira duradoura e suficiente para atender às suas necessidades, sendo preferível alimentos que proporcionem uma vida ativa e saudável (FAO, 1996).

Os hábitos alimentares de parcela expressiva da população residente na Amazônia, são culturalmente diferenciados, desde o preparo dos alimentos às especificidades de cada local, preservando a memória e a identidade. Entretanto, tal sustento vem sendo ameaçado por meio da dilapidação dos recursos naturais, conflitos agrários e grandes projetos, que acarretam redução das áreas agrícolas de acesso comum aos povos tradicionais, colocando em xeque a segurança alimentar, e os próprios hábitos alimentares (MENDES, 2006).

No quilombo do Pacoval, o avanço de grandes projetos de madeira impactou diretamente o território. A curto prazo, a empresa madeireira conseguiu estabilidade, promovendo empregos imediatos para os moradores. Destarte, no médio prazo, as atividades desenvolvidas pela madeireira acarretaram inúmeros problemas socioambientais, com desmatamento de áreas significativas para a sobrevivência da população, visto que comprometeu a retirada de produtos à base de sua alimentação. Se antes os comunitários conseguiam realizar a coleta de sementes e a caça em abundância em qualquer área da floresta. Atualmente, não contam com variedades/quantidades de espécies de vegetais e animais de outrora, tendo que se deslocarem mata adentro para encontrá-los.

A escassez dos alimentos típicos do território, desencadearam aumento das dependências do comércio externo à comunidade, e conseqüentemente, no consumo dos produtos industrializados (calabresa, peixe enlatado, carnes enlatadas, dentre outros) que fizeram parte da dieta dos quilombolas do Pacoval.

O uso destes produtos, principalmente, os enlatados, são extremamente nocivos à saúde. É notório o risco que mudanças podem ocasionar nos hábitos culturais, indo na antípoda da identidade sociocultural das comunidades remanescentes de quilombos, que evidenciam “nos ingredientes, cozinha, comida e técnicas de preparo do alimento, simbologias específicas da maneira de viver desses povos” (ARAÚJO, 2008, p.191).

Diante do cenário da alimentação no Pacoval, a pesquisa frisou os desafios enfrentados pelas escolas do quilombo e necessidades implementadas para uma alimentação saudável, de qualidade no que diz respeito aos seus costumes e produtos regionais da agricultura familiar.

No Brasil, o PNAE é o principal programa na garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), cujos propósitos valorizam o princípio da alimentação saudável. Suas diretrizes prezam o respeito a hábitos alimentares culturalmente diferenciados, e desenvolvimento local sustentável através de duas ações: a educação alimentar e nutricional e oferta de refeições que possam durante o período letivo, suprir as necessidades nutricionais de alunos de escolas públicas.

Através da Resolução CD/FNDE n.º 38, de 23 de agosto de 2004 (com perspectiva estritamente financeira) o governo determinou um valor diferenciado per capita (valor da oferta da alimentação escolar por aluno por dia letivo) destinada aos alunos de escolas quilombolas. Somente no ano de 2006, foi estabelecida a necessidade de atendimento específico para a alimentação destes povos, através da Resolução CD/FNDE n.º 32/2006, especialmente em seu Art.14 em que estabelece diferenciação na elaboração do cardápio, acompanhamento e execução do PNAE segundo as especificidades dessas comunidades (BRASIL, 2006).

Mesmo o valor per capita sendo maior para os alunos das comunidades quilombolas, não significa que todos sejam beneficiados, pois os recursos só são repassados para o município se a respectiva escola for cadastrada no Censo Escolar como pertencente a territórios de quilombos, o que implica em ser uma área demarcada e reconhecida pelo INCRA e certificada pela Fundação Cultural Palmares (MEC, 2013b;

CARDOZO, 2017). Diante do esfacelamento-paralisa das políticas de reconhecimento dos territórios quilombolas, várias escolas/alunos, não acessam o respectivo recurso. Ademais, Peixinho et al (2011) argumentam que os Estados, municípios e distrito federal deveriam ofertar uma contrapartida que viabilizasse melhorias na qualidade da alimentação escolar quilombola.

Destaca-se, entretanto, que a alimentação escolar quilombola vem sendo negligenciada ao longo dos anos por distintos governos (sobretudo após 2016), que não compreendem a importância da alimentação saudável nutricional para os alunos de escolas públicas, associado ao profundo despreparo e ineficiente ação política.

Em pesquisa realizada em 2018, com as merendeiras da escola Comunitária Pacoval (que atende os alunos do maternal ao pré II) e escola Martinho Nunes (que abarca alunos do 1º ao 9º ano do ensino fundamental) constatou-se as seguintes questões:

- a) Os alimentos ofertados pelo órgão responsável municipal, que eram posteriormente preparados pelas merendeiras, não eram condizentes com o costume alimentar das crianças quilombolas, consistindo majoritariamente em produtos industrializados.
- b) O cardápio recomendado pela instância municipal, nem sempre era seguido pelas merendeiras, visto que, a quantidade dos produtos entregues não era suficiente para suprir o mês todo.
- c) Os produtos entregues nas escolas não eram produzidos pelos agricultores familiares locais do quilombo, e sim por terceiros. As merendeiras questionam os atrasos nas entregas de alimentos (cheiro verde, frutas, dentre outros) além de diversas vezes chegarem produtos estragados (seja pelo curso de transporte ou má qualidade).
- d) É relevante considerar as péssimas condições de armazenamento dos alimentos nas escolas rurais, em muitas não há freezers/geladeiras que possam conservar alimentos frescos adequadamente.

Tabela 1: Cardápio mensal da merenda escolar servida nas Escolas de Pacoval de acordo com o estoque de armazenamento em determinado mês de 2018.

Cardápio	Dias
Macarrão com conserva	02
Macarrão com sardinha	02
Arroz com charque	02
Risoto de soja	02
Arroz doce	03
Achocolatado ou suco com biscoito	04
Macarronada	03
Feijão com charque	02
Total	20

Fonte: Pesquisa de campo, 2018. Elaborado pelos autores.

Como observado na tabela acima, a maioria dos alimentos consumidos pelas crianças quilombolas em 2018, foram provenientes de enlatados e fórmulas prontas (produtos que sofreram inúmeras transformações químicas em seu acabamento e possuem poucos nutrientes). Neste sentido, é possível constatar que a alimentação escolar oferecida para os alunos não estava em conformidade com a Resolução CD/FNDE nº26 de junho de 2013 (BRASIL,2013) que determina:

Art. 14 Os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pelo RT, com utilização de gêneros alimentícios básicos, de modo a respeitar as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na alimentação saudável e adequada.

§2º Os cardápios deverão ser planejados para atender, em média, às necessidades nutricionais estabelecidas na forma do disposto no Anexo III desta Resolução, de modo a suprir:

III – no mínimo 30,0% (trinta por cento) das necessidades nutricionais diárias, por refeição ofertada, para os alunos matriculados nas escolas localizadas em comunidades indígenas ou em áreas remanescentes de quilombos, exceto creches;

§6º Os cardápios deverão atender às especificidades culturais das comunidades indígenas e/ou quilombolas.

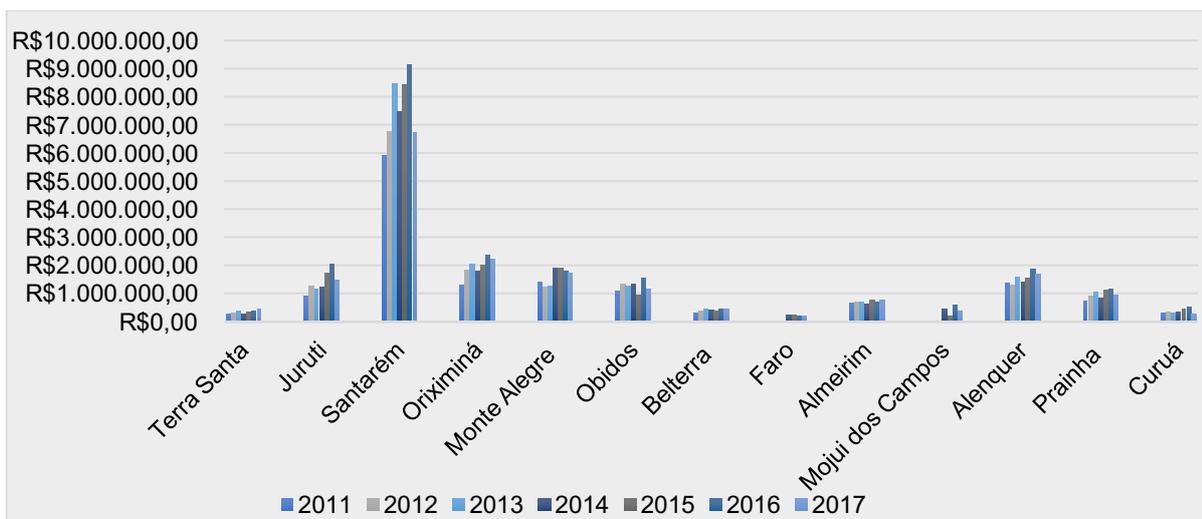
Contemplar os hábitos alimentares quilombola no PNAE, é um desafio, que afeta diretamente tanto a qualidade de vida dos alunos, quanto dos próprios comunitários (SOUSA et al., 2013). Concomitantemente, existem entraves constantes em relação à participação dos agricultores familiares quilombolas no programa, dado o rito burocrático e racionalidade instrumental formal (WEBER, 1982), que somado ao conjunto de informações necessárias para participação da chamada pública, torna-se distante deste público. Observar os desafios e estratégias que os quilombolas adotam, é de extrema ordem para o aprimoramento da política pública em maior escala, especialmente em territórios circunscritos na Amazônia brasileira.

4. Operacionalização do PNAE em Alenquer: desafios e possibilidades da agricultura familiar no quilombo do Pacoval

Barbosa (2012) em pesquisa realizada nos municípios do Território da Cidadania do Baixo Amazonas Paraense, que compreende os municípios de: Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa), destaca que a agricultura familiar é elemento preponderante na definição da identidade do território, seguido do meio ambiente. Em uma escala que vai de 0 a 1, a primeira obtém o indicador de 0,826 e a segunda 0,802. Para o autor, a combinação dessas duas variáveis (agricultura familiar e meio ambiente) vai de encontro ao fato da agricultura familiar, entendida como a produção nas roças, coleta de frutos da floresta, extrativismo e a pesca, está diretamente associada à sobrevivência material e cultural, seja porque fazem parte da base nutricional desses povos ou pelo fato de que uma parte da produção se destina ao mercado, gerando renda.

Entre os anos de 2011 a 2017, como revelam os gráficos abaixo, os recursos repassados do PNAE para os 13 municípios do Baixo Amazonas Paraense foram de R\$ 131.388.562,09. Contudo, as oriundas da agricultura familiar foram de apenas 16% deste montante, o equivalente a R\$ 25.531.904,01.

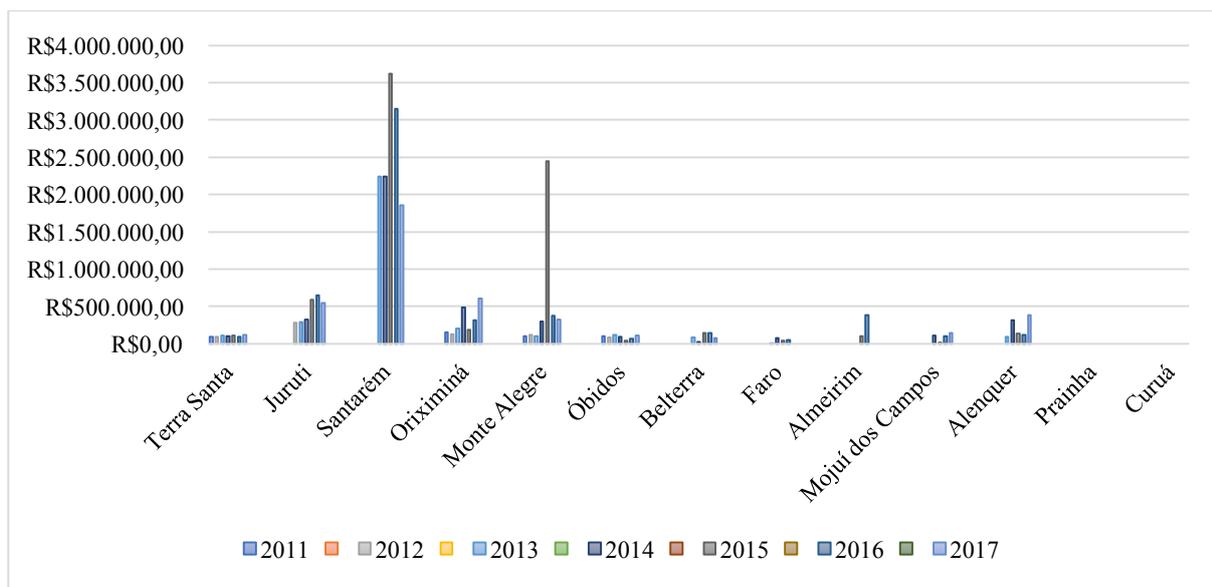
Gráfico 1. Valor repassado ao PNAE no território do Baixo Amazonas Paraense (2011 a 2017)



Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2011 a 2017). Elaborado pelos autores.

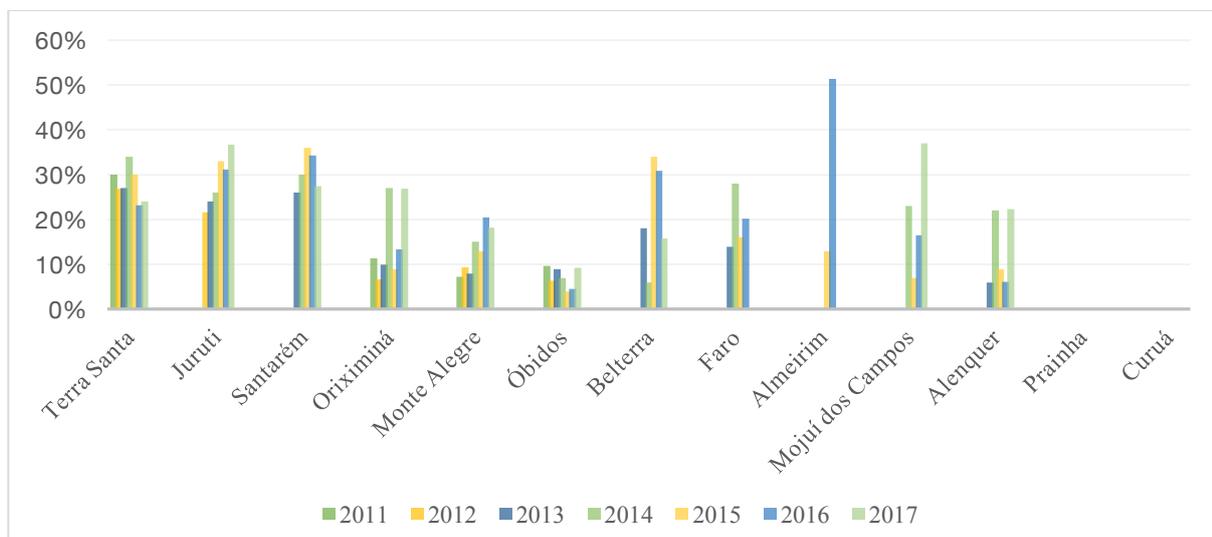
Em relação ao valor investido na compra de produtos da agricultura familiar, nota-se nos gráficos 2 e 3 que, em 2011, foram somente quatro municípios que fizeram aquisição dos produtos, sendo Terra Santa o único que alcançou a meta de 30%. Em 2012 foram, 5 municípios que adquiriram da agricultura familiar, sendo que nenhum alcançou a meta dos 30% (Terra Santa que alcançou no ano anterior, atingiu 26,94%). No ano de 2013, o número de municípios aumentou para nove e nenhum atingiu a meta da legislação. O município de Alenquer, lócus desta pesquisa, começa neste ano a adquirir produtos da agricultura familiar. Em 2014, dos 10 municípios que adquiriram produtos da agricultura familiar, apenas dois atingiram a meta, Terra Santa com 34% e Santarém com 30%. Os anos de 2015 e 2016 foram os que mais tiveram municípios adquirindo da agricultura familiar - foram 11 -, e neste íterim, obtiveram maiores expressões de alcance do percentual mínimo conforme a legislação. Em 2015, os municípios de Terra Santa alcançaram 30%, Juruti 33%, Santarém 36% e Belterra 34%. Em 2016 Juruti atingiu a meta, mas diminuiu em relação ao ano anterior, 31,14%, Santarém 34,33%, Belterra 30,92% e Almeirim que teve um percentual bastante significativo, de 51,31%. No ano de 2017, houve uma diminuição do número de municípios que adquiriram produtos da agricultura familiar, com nove municípios, e apenas Juruti com 36,69% e Mojuí dos Campos com 36,94%, alcançaram o percentual legal. Neste período, os municípios de Curuá e Prainha não compraram da agricultura familiar (FNDE, 2017). Neste último ano, percebe-se uma diminuição dos recursos repassados ao PNAE na maioria dos municípios.

Gráfico 2. Valor da agricultura familiar comprado pelos municípios do Baixo Amazonas Paraense (2011 a 2017).



Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2011 a 2017). Elaborado pelos autores

Gráfico 3. Percentual da agricultura familiar comprado pelos municípios do Baixo Amazonas Paraense (2011 a 2017).



Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2011 a 2017). Elaborado pelos autores.

Embora a Lei nº 11.947, estabelecesse, como requisito obrigatório, um percentual de 30% do recurso repassado para o PNAE, destinados a compras de produtos provenientes da agricultura familiar, priorizando assentamentos de reforma agrária, comunidades quilombolas e indígenas (BRASIL, 2000), é notório os desafios para esta operacionalização no Baixo Amazonas Paraense, sobretudo pela a) despreparo/desinteresse dos órgãos públicos/servidores; b) inexistência de conhecimentos dos agricultores familiares sobre o rito burocrático necessário para inserção na chamada pública c) baixo tecido organizativo dos agricultores em associações, cooperativas e grupos informais.

Sobre este último, o meio rural, mesmo tendo vivências históricas de cooperação, como os mutirões, as trocas de dias de serviços, as roças comunitárias (CHRISTOFFOLI, 2015), tal arranjo associativo não se traduziam em organizações coletivas de produção-comercialização. Seguindo essa alínea, observa-se que a otimização/aprimoramento do PNAE em Alenquer, perpassava pela indução/promoção do capital social local, que “se sustenta por meio da contínua mobilização, pois os resultados e o grau em que os problemas locais serão resolvidos irão depender da capacidade de articulação da esfera pública com a esfera social” (LOWNDES; PRATCHETT, 2008; FERRARINI, 2012 apud SIMÃO et al, 2017, p. 293).

O conceito de capital social possui várias vertentes. Na produção deste trabalho, ancora-se na definição de Simão et al. (2017, p. 289) que conceituam como “a capacidade de engajamento para trabalhos coletivos, o grau das redes sociais e o grau da participação comunitária e política da população local”.

No tocante às interfaces entre o capital social e implementação do PNAE, é necessária uma relação de confiança entre todos os atores sociais envolvidos no processo. Esses aspectos são fundamentais para que o programa ganhe progressão e maior inserção nos lugares implementados (MOURA, 2014). A autora, vai de encontro à Putnam (2006, p. 177), ao estabelecer serem “as características da organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”.

Diante do cenário apresentado, iniciou-se em Alenquer, no ano de 2018, a implantação de uma estratégia interorganizacional de fortalecimento do capital social, envolvendo: Incubadora de Economia Solidária da Amazônia da Universidade Federal do Oeste do Pará (IECOSAM-UFOPA), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alenquer (STTR/ALQ), Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLOA), associações de assentamentos de reforma agrária do quilombo do Pacoval, Curumu e PDS Paraíso, com intuito de orquestrar a participação dos agricultores familiares na chamada pública do PNAE em 2019. Segundo Fisher (2004, p. 16), tal arranjo possui “estruturas hibridizadas e, como tal, definidas pelo entrelaçamento (processo) ou tecido (resultado) que se processa quando as organizações trabalham em conjunto, dinamizando territórios”.

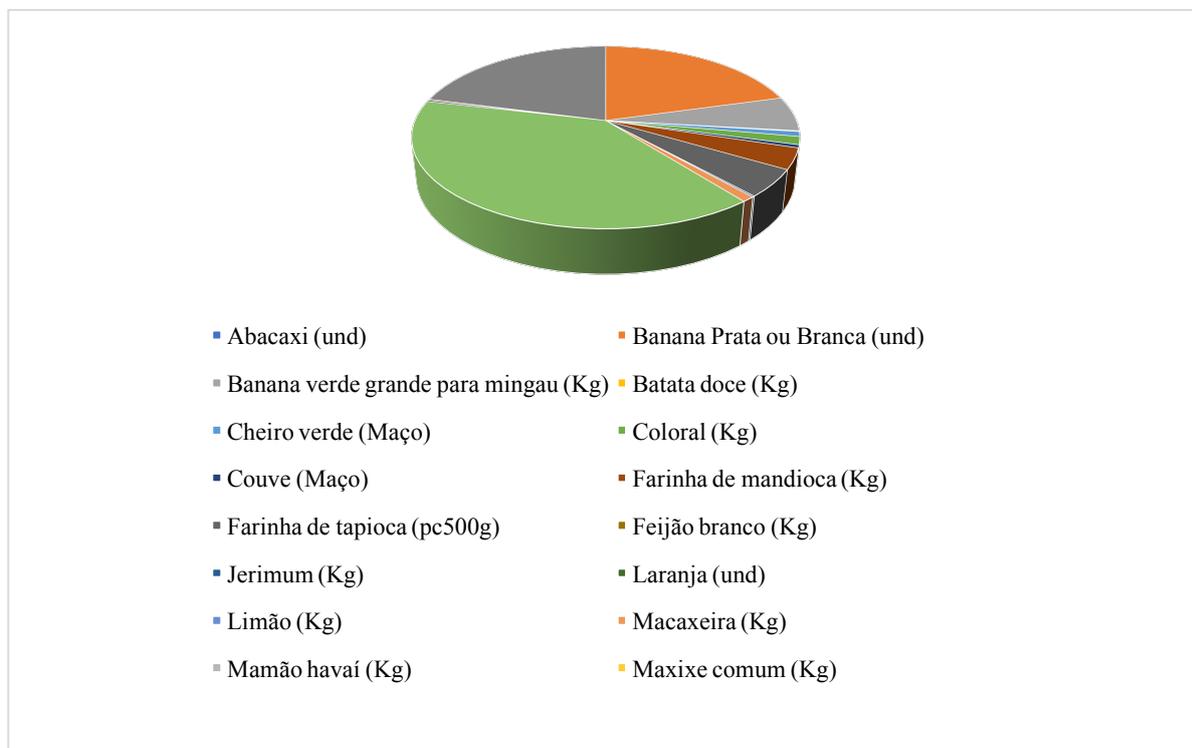
A marcha propulsora para a inserção da agricultura familiar, sendo priorizados agricultores familiares oriundos dos assentamentos de reforma agrária, foi possibilitada pelas técnicas de incubação e pesquisa-ação (THIOLLENT, 1997). Foram realizados ao longo de 2018 e 2019 diversos encontros formativos com os agricultores familiares do Pacoval, Curumu e PDS Paraíso, com elaboração de diagnósticos rápidos participativos, viabilidade econômica, políticas públicas, boas práticas de fabricação e ritos burocráticos para inserção no PNAE. Nestes momentos dialógicos, ficaram perceptíveis o desconhecimento dos agricultores sobre o respectivo programa e da ausência de documentação necessária, sobretudo, a Declaração de Aptidão do Pronaf (DAP). Para resolver este último problema, o arranjo interorganizacional contactou a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), que iniciou o processo de emissão necessária.

Baseado na soma de esforços coletivos, em 2019, 20 assentados dos respectivos assentamentos de reforma agrária, participaram da Chamada Pública e conseguiram pela primeira vez na história da cidade, garantir a comercialização dos seus produtos no PNAE, com somatório de contratos de aproximadamente R\$200.000,00. Do ponto de vista econômico, potencializar a economia local do município, significa circulação da renda, por meio de maior poder de compra e consumo dos agricultores nos comércios locais, entre outros benefícios. Pelo viés político, trata-se de um demonstrativo à sociedade de que a agricultura camponesa é uma real alternativa de desenvolvimento e que com incentivo de políticas públicas, pode aumentar significativamente a melhoria de vida das pessoas. Do ponto de vista imaterial, representa o resgate da autoestima dos trabalhadores do campo, colocando incansavelmente que os valores locais devem ser respeitados, e que a solidariedade e coletividade estão cada vez mais vivas.

No quilombo do Pacoval, há em curso uma grande mudança na alimentação escolar. Atualmente preparada com produtos de qualidade, aponta-se como fator relevante, a rastreabilidade/procedência dos alimentos produzidos pelos agricultores quilombolas. Isso possibilita alunos e pais saberem qual a origem dos alimentos e como estão sendo preparados, sendo um canal informal de acompanhamento-monitoramento da qualidade da política pública.

Em 2019, 04 quilombolas adentraram no PNAE, com efeito multiplicador de benefícios na vida de mais pessoas que convivem em comunidade, principalmente na família dos envolvidos e naqueles que percebem na evolução do outro, um caminho para sua própria evolução, incentivando melhorias na produção, capacitação técnica. Neste ano, foram incluídos no cardápio escolar, produtos regionais: banana prata ou branca, banana verde grande para mingau, batata doce, cheiro verde, colorau, couve, farinha de mandioca, farinha de tapioca, jerimum, macaxeira, ovos, pimenta de cheiro, pimentão e tangerina (ver gráfico 4).

Gráfico 4. Produtos da agricultura familiar ofertados pelo grupo do Quilombo do Pacoval ao PNAE em 2019



Fonte: Secretaria Municipal de Educação (2019). Elaborado pelos autores.

As mudanças incorridas nas escolas do Quilombo do Pacoval ficaram evidentes com a inserção dos agricultores quilombolas no PNAE, conforme destacam as merendeiras entrevistadas. Comparando o cardápio do ano de 2019 com o de 2018, percebe-se de imediato uma diminuição nos enlatados, substituídos por outros produtos nutritivos como: frutas, legumes, farinha de mandioca e de tapioca.

Importante salientar, que produtos a exemplo da farinha de mandioca, que vinham de agricultores/empresas/associações externas ao quilombo, passaram a ser produzidos-entregues pelos próprios agricultores quilombolas. No que tange à segurança alimentar dos alunos, as merendeiras destacam que a introdução do café da manhã, antes do início das aulas obteve impacto positivo no rendimento escolar das crianças, uma vez que, muitas delas saem de casa sem se alimentarem, por falta de condições financeiras de suas famílias.

Tabela 2. Cardápios seguidos pelas escolas do Quilombo Pacoval, em determinado mês de 2019 de acordo com orientações do DAE

DIAS DA SEMANA	CARDÁPIO 01	CARDÁPIO 02
Segunda-Feira	Mingau de Banana verde com farinha de tapioca	Mingau de milho branco
Terça-Feira	Sanduíche de carne moída com suco de fruta	Risoto de frango com legumes
Quarta-Feira	Vatapá de frango com arroz	Carne moída com macarrão
Quinta-Feira	Sopa e feijão com carne e legumes	Suco de fruta com biscoito salgado
Sexta-Feira	Canja de arroz, frango e legumes	Baião de feijão branco com frango desfiado e legumes

Fonte: DAE Alenquer. Elaborado pelos autores, 2021

Com a intenção de compreender os limites e potencialidades da operacionalização do PNAE no quilombo do Pacoval, realizou-se uma segunda rodada de entrevistas semiestruturadas (que podem ser visualizados no Quadro 01) com 04 agricultores familiares quilombolas, 02 merendeiras, associação quilombola (Aconquiplal), órgãos públicos municipais, nutricionista e outros atores responsáveis pelo programa no município de Alenquer,

Quadro 1: Limites e Potencialidades da operacionalização do PNAE no quilombo do Pacoval/Alenquer

LIMITES/DESAFIOS
<ul style="list-style-type: none"> ● Despreparo de servidores do município, que sejam especializados no suporte técnico; ● Atraso dos pagamentos, com reflexo reflete negativo entre os agricultores familiares; ● Alenquer não atingiu a regularidade das compras mínimas de 30%, estabelecida na Lei Nº11.947 de 16 de junho de 2009; ● Não é servida alimentação escolar em todos os dias letivos (200 dias); ● Precária a presença dos agentes do FNDE nas escolas e organizações que aderem ao programa; ● Precária comunicação do FNDE com as unidades escolares e com os conselhos de alimentação escolar, uma vez que a comunicação só é feita pelo site do FNDE; ● Inexistência de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: assistência técnica, crédito, logística, pontos comerciais; ● Precária divulgação do rito burocrático referente a chamada pública; ● Inexistência de cursos/capacitações referente ao manuseio correto dos produtos; ● Não tem uma regulação do Selo de Inspeção Municipal; ● Seriedade, comprometimento por parte dos gestores responsáveis pelo PNAE, e, dos agricultores familiares envolvidos; ● Fragilidade da prerrogativa legal do número de nutricionistas necessários por quantidade de alunos;
POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> ● Diversidades de produtos da agricultura familiar; ● Intercoperação entre os agricultores familiares; ● Criação de cooperativas solidárias; ● Expansão da capacidade de produção dos agricultores familiares, a partir de assistência técnica, crédito; ● Capacidade em atender todos os alunos das escolas da rede pública de ensino; ● Estímulo de produzir alimentos agroecológicos, em consonância a identidade alimentar dos alunos; ● Clima favorável para plantação e cultivo de vários produtos ao longo do ano letivo; ● Possibilidade de uso de 100% dos recursos destinados ao PNAE, serem adquiridos da agricultura familiar. ● Aumento da renda no município e valorização da agricultura familiar;

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021.

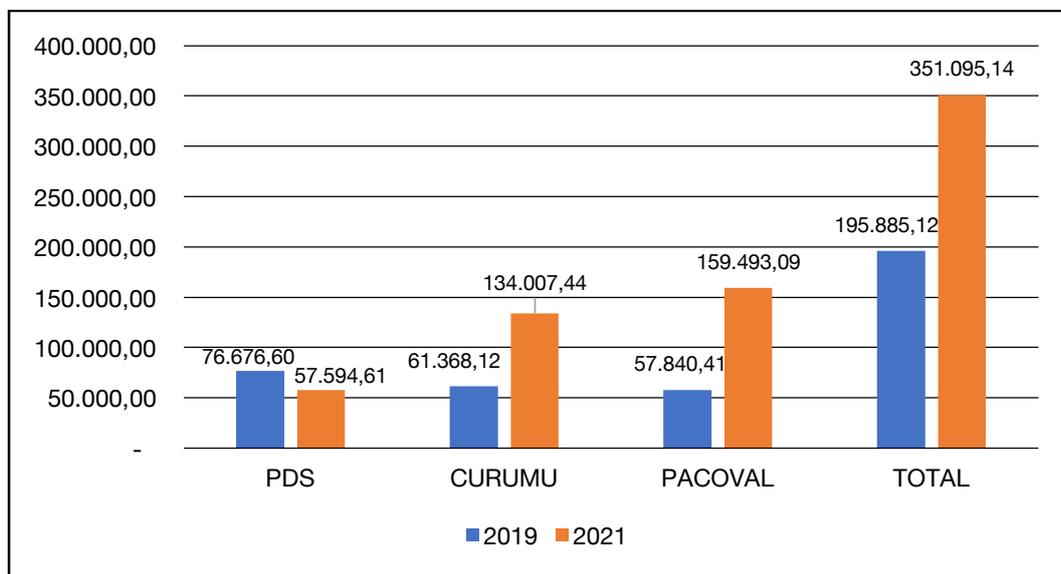
Evidencia-se no quadro acima, profundo desconhecimento dos gestores municipais na operacionalização do programa e inexistência da assistência técnica produtiva/mecanismos de gestão para os agricultores familiares. A chefia imediata do Departamento de Alimentação Escolar (DAE), afirma que “tais problemas seriam amenizados com a contratação de profissionais da área, principalmente no setor de nutrição, para fazer o acompanhamento e a conscientização por parte dos consumidores e produtores familiares”. O gestor conclui, que “infelizmente não há uma avaliação correta e rígida do programa no município e os agentes do DAE ficam à mercê desta deficiência”.

Já os agricultores familiares/associações/sindicato, relatam à precariedade de políticas públicas, principalmente de capacitação técnica/gestão para atender aos preceitos de qualidade do programa, aliando a preservação das práticas produtivas tradicionais com o aperfeiçoamento do processo produtivo-logístico (padrões de higiene, entregas pontuais nas escolas, controle financeiro).

A partir do arranjo interorganizacional criado em 2018, o capital social dos agricultores familiares vem sendo fator mobilizador do aprimoramento da política pública do PNAE. Além do incremento de renda, o fortalecimento do tecido associativo/cooperação camponesa vem proporcionando aos alunos da rede pública de ensino, alimentos saudáveis com rastreabilidade.

Se em 2019, apenas 04 agricultores familiares quilombolas tiveram contratos firmados no PNAE, em 2021 o número dobrou, triplicando os valores contratuais com o programa, ofertando produtos diversos: banana grande, cheiro verde, farinha de mandioca, farinha de tapioca, colorau, feijão branco, laranja, banana prata, pimenta de cheiro, jerimum, couve e macaxeira.

Gráfico 5. Valores dos contratos dos grupos informais PDS Paraíso, Curumu e Pacoval no PNAE em 2019 e 2021 (em R\$)



Fonte: Secretaria Municipal de Educação (2021). Elaborado pelos autores.

5. Considerações Finais

Esta pesquisa comprovou que a operacionalização do PNAE no quilombo do Pacoval, foi possibilitada, por meio da indução da estratégia interorganizacional e fortalecimento do capital social, sendo fundamentais em pressionar/aprimorar/implementar/executar a política pública. Como consequência, teve-se melhorias concretas na qualidade de vida dos alunos e dos agricultores familiares quilombolas. Para os próximos anos, é de suma importância avanços na a) assistência técnica aos agricultores com ferramentas agrônomicas e de gestão, bem como b) capacitar quadros técnicos dos órgãos públicos. Por fim, ficam evidentes as potencialidades desse território e dos seus agricultores familiares na produção de alimentos de qualidade.

Bibliografia

ALEXANDRE, Veruska Prado. et al. Do campo à escola: compra de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar em Territórios da Cidadania de Goiás. *Segur. Aliment. e Nutr.*, Campinas, v.23, p.1049-1064, dez. 2016.

ARAÚJO, S. Tradição e Cultura: Cozinha quilombola do Paraná. Curitiba: SEED, 2008. 191p.

BARBOSA, M.J. Relatório Analítico do Território do Baixo Amazonas –Pará, Belém, 2012.

BRASIL, Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nº 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, DF: MEC, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Data Escola Brasil – Censo Escolar 2013. Brasília, DF: INEP, 2013b. Disponível em: <http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/> Acesso em 05 de maio de 2020.

CARDOZO, Ágata Liz Manize. A alimentação escolar quilombola na comunidade negra rural de colônia do Paiol no município de Bias Fortes – MG, entraves e perspectivas. In: VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Curitiba, 1 a 5 de novembro de 2017. Disponível em: https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt17_1506911830_arquivo_artigosinga2017.pdf. Acesso em: 20 de jun. de 2020.

Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Organização de Alexandre de Moraes. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

CRUZ, Suely Ferreira da. Desafios e contribuições do PNAE em três organizações da agricultura familiar no Território Sul Litorâneo do Espírito Santo. Dissertação da Universidade Federal de Lavras. 2017.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2017. The State of Food Security and Nutrition in the world 2017. Building resilience for peace and food security. Rome, FAO. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-17695e.pdf>. Acesso em 25 de maio de 2020.

FAVARETO, A. Do Pronaf ao desenvolvimento territorial – elementos para uma crítica das instituições e políticas para o Brasil rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 12, 2005, Belo Horizonte. Garamond, 2008.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 042, de 14 de dezembro de 2006. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.fnnde.gov.br/index.php/ae-legislacao>. Acesso em 25 mar 2012

GIL A.C. como elaborar projetos e pesquisa. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IMAZON, Calha Norte Sustentável: situação atual e perspectivas, 2013

LEITE, Francisco Tarciso. Metodologia científica: iniciação a pesquisa científica, métodos e técnicas de pesquisa, metodologia da pesquisa e do trabalho científico (monografias, dissertações, teses e livros). Universidade de Fortaleza. 2004.

MENDES, Patrícia Miranda. Segurança alimentar em comunidades quilombolas: estudo comparativo de Santo Antônio (Concórdia do Pará) e Cacau (Colares, Pará). 2006. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2006. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/1977>. Acesso em 22 de junho de 2020.

MOURA, J. T. V. Ambiente político e tecido social no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Território Mato Grande/RN. Revista Política e Planejamento Regional, v. 1, n. 2, p. 189-210, 2014.

MOURA, Joana Vaz de. Ambiente político e tecido social no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Território Mato Grande/RN. In: Revista Política e Planejamento Regional, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, julho/dezembro 2014, p. 189-210.

PEIXINHO, A.; BALABAN, D.; RIMKUS, L.; SCHWARTZMAN, F.; GALANTE, A. P. Alimentação escolar no Brasil e nos Estados Unidos. O Mundo da Saúde, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 128-136, 2011.

PUTNAM, R. D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Trad. Luiz Alberto Monjardim. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SOUSA, Lucilene Maria de et al. Alimentação escolar nas comunidades quilombolas: desafios e potencialidades. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 987-992, abr. 2013.

THIOLLENT, M. Pesquisa-ação nas organizações. São Paulo: Atlas, 1997.

WEBER, Max. Ensaio de Sociologia. 5ª